



PARTE E

BANCO DE PORTUGAL

Aviso do Banco de Portugal n.º 14/2007

O Banco de Portugal, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 99.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, e pelo n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, e tendo em consideração as disposições da Directiva n.º 2007/18/CE, da Comissão, de 27 de Março, que altera a Directiva n.º 2006/48/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Junho, determina o seguinte:

1 — São acrescentadas ao n.º 18 da parte 2 do anexo III do aviso n.º 5/2007 as alíneas *n)* e *o)* com a seguinte redacção:

- «*n)* Fundo de Financiamento Internacional para a Imunização;
- «*o)* Banco Islâmico de Desenvolvimento.»

2 — O presente aviso entra em vigor na data da sua publicação. 30 de Outubro de 2007. — O Governador, *Vitor Constâncio*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA

Despacho (extracto) n.º 25 377/2007

Por meu despacho de 14 de Setembro de 2007, foi a Maria João Barata de Carvalho autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento, como equiparada a assistente do 2.º triénio, além do quadro, em regime de dedicação exclusiva, para a Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Beja, auferindo a remuneração mensal ilíquida correspondente ao escalão 1, índice 140, com início em 1 de Outubro de 2007 e termo em 30 de Setembro de 2008. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

22 de Outubro de 2007. — O Presidente, *José Luís Ramalho*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Despacho (extracto) n.º 25 378/2007

No âmbito do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, por força do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de

Dezembro, e por despacho do presidente deste Instituto, Doutor José Manuel Torres Farinha, de 20 de Setembro de 2007, foi autorizada, após bom cabimento de 7 de Agosto de 2007, a renovação da contratação, nos termos do artigo 8.º e dos artigos 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, em regime de contrato administrativo de provimento, na equiparação à categoria de professor-adjunto no Departamento de Engenharia Civil, em regime de tempo integral, da carreira docente do ensino superior politécnico, no Instituto Superior de Engenharia deste Instituto, do mestre Rui Manuel dos Santos Ferreira, pelo período com início a 1 de Outubro de 2007 e término a 30 de Setembro de 2009, ficando, mensalmente, a ser remunerado pelo valor correspondente ao escalão 1, índice 185.

16 de Outubro de 2007. — O Administrador, *Artur Cardoso Furtado*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Despacho (extracto) n.º 25 379/2007

Por despacho de 31 de Agosto de 2007 da presidente deste Instituto, foi a Pedro Nuno Alexandre Sobreiro autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo integral e exclusividade, para exercer funções na ESDRM deste Instituto, por urgente conveniência de serviço, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2007, com a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 185, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

19 de Outubro de 2007. — O Administrador, *Pedro Maria Nogueira Carvalho*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

Despacho (extracto) n.º 25 380/2007

Por despacho de 3 de Outubro de 2007 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu, foi à licenciada Carla Manuela Magalhães Nogueira Lúcio autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente, em regime de tempo parcial, 60 % do vencimento de assistente do 1.º triénio em tempo integral, para o Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior Agrária, com início em 1 de Outubro de 2007, por cinco meses.

22 de Outubro de 2007. — A Vice-Presidente, *Idalina de Jesus Domingos*.



PARTE H

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIDA

Aviso n.º 21 613/2007

Para os devidos efeitos, torno público que, por meu despacho de 17 de Outubro de 2007, no uso da competência que me confere a alínea *a)* do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, conjugada com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, reclassifiquei, nos termos das alíneas *a)* e *e)* do artigo 2.º, conjugadas com a alínea *a)* do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 5.º, do último dos mencionados diplomas, a assistente administrativa principal, da carreira de assistente administrativo, do quadro privativo desta autarquia, Maria Estela da Costa Clemente Fonseca para a categoria de tesoureiro, da carreira de tesoureiro, escalão 1, índice 222, da tabela de remunerações dos funcionários e agentes da Administração Pública, devendo aceitar o cargo no prazo de 20 dias a contar

da data da publicação do respectivo aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

17 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Baptista Ribeiro*.

2611060270

CÂMARA MUNICIPAL DE AMARES

Aviso n.º 21 614/2007

Para efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 139.º, em articulação com o artigo 140.º, da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, com as especificidades constantes da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, torna-se público que foram renovados os contratos de trabalho a termo resolutivo certo celebrados com Carlos Fernandes Costeira e Carlos